

Ecopolítica. Governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle.

GIFE: Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

Apresentação

Segundo site oficial, o GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas) consiste em “uma organização sem fins lucrativos que reúne associados de origem empresarial, familiar, independente ou comunitária, que investem em projetos de finalidade pública”¹. O Grupo nasceu em 1989 como grupo informal que discutia principalmente filantropia, e se institucionalizou em 1995 por meio de 25 organizações, tornando-se referência no Brasil em investimento social privado (Idem).

Conforme o próprio GIFE, a rede cresceu no Brasil nos anos 1990 numa passagem de difusão dos conceitos de terceiro setor e responsabilidade social empresarial. Fase em que também se intensifica o debate internacional sobre o que chama de incapacidade do Estado de cumprir sozinho suas obrigações no campo do bem comum – considerando ser o desenvolvimento desse campo sua principal missão (Ibidem).

Hoje, a Rede reúne 130 associados que, somados, investem aproximadamente 2,4 bilhões por ano na área social por meio de projetos próprios ou de terceiros (Ibidem). Ainda de acordo com seu próprio site, a atuação do grupo pode ser resumida da seguinte maneira:

Promovemos uma rede de relacionamento diferenciada, com espaços para articulação, diálogo e troca de experiências entre associados. Difundimos conhecimento, ferramentas, informação e as melhores práticas para o bom desenvolvimento institucional das organizações. Aprimoramos o investimento social por meio de troca de experiências e pela construção de referências para a atuação de investidores. Representamos o setor perante o governo e outras redes e associações, acompanhando e influenciando no ambiente regulatório do Terceiro Setor (Ibidem).

São realizados também cursos, congresso, eventos e reuniões a fim de se discutir o trabalho da Rede, bem como pesquisas, artigos e publicações que, segundo o GIFE, promove o “desenvolvimento sustentável no Brasil, por meio do fortalecimento

¹ Disponível em: <http://www.gife.org.br/> (acesso em 20/04/2014).

político-institucional e do apoio à atuação estratégica dos investidores sociais privados” (Ibidem).

O GIFE se afirma, portanto, como um grupo de organizações que investem recursos privados com fins públicos. É “fruto do processo de redemocratização do país, do fortalecimento da sociedade civil e, especialmente, da crescente conscientização do empresariado brasileiro de sua responsabilidade na minimização das desigualdades sociais existentes no país” (Ibidem).

No ano de sua institucionalização, foi realizada a Assembleia de Constituição do GIFE, com a presença de 25 organizações, marcada pelo seu primeiro documento aprovado, o Código de Ética. Neste, o GIFE afirma exercer atividades sistemáticas de apoio ao desenvolvimento social da nação e estímulo à cidadania participativa². Equipara o desenvolvimento social ao próprio bem comum e assume uma reciprocidade de sua prática de investimento social para com a sociedade, assumida por institutos, fundações ou empresas associadas à Rede.

O investimento social privado e a sociedade civil

Segundo o GIFE, “investimento social privado é o repasse voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público”³, tendo como elementos fundamentais – diferenciadas de práticas assistencialistas –: “preocupação com planejamento, monitoramento e avaliação dos projetos; estratégia voltada para resultados sustentáveis de impacto e transformação social; envolvimento da comunidade no desenvolvimento da ação” (Idem).

Como resultado ao II Seminário internacional “Avaliação para o Investimento Social Privado: Metodologias”, realizado em julho de 2013 pela Fundação Itaú, Fundação Roberto Marinho e Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, com apoio do GIFE e da Fundação Santillana, foram publicados artigos em torno da questão metodológica relativa ao investimento social privado. Discutiu-se em torno de qual seria a melhor metodologia para qual prática, ou qual a melhor metodologia a se usar para investir em que diferentes tipos de projeto, entre outros.

² Disponível em: <http://www.gife.org.br/arquivos/geral/CodigoEtica/codigoetica.pdf> (acesso em 23/04/2014).

³ Disponível em: <http://www.gife.org.br/> (acesso em 20/04/2014).

Segundo Degenszajn, Diretor-executivo do GIFE, diferente de outros países que adotaram o termo *filantropia*, o Grupo optou pelo conceito de investimento social privado, uma vez que o primeiro é comumente associado à caridade e ao assistencialismo, diferente de uma atuação de organizações que buscam transformações positivas no quadro social do País (Degenszajn, 2013: 11). Tal ideia de “boas intenções”, segundo o Diretor, reforça a ênfase na *ação*, e não na *transformação*, sendo esta capaz de gerar um conjunto de visões e de práticas presentes nas avaliações. É preciso, afirma, que o Estado favoreça a atuação de organizações privadas por meio de um conjunto de incentivo fiscais, reconhecendo a legitimidade delas no que concerne a contribuições para o bem comum, de fato proporcionando transformações sociais. Assim, as chamadas avaliações dessas organizações são importantes na medida em que se constituem como causa e efeito do fortalecimento e maturidade institucionais: “visão estratégica de longo prazo e estruturas de governança que deem consistência e continuidade ao investimento são fundamentais para a construção de avaliações melhores” (Idem:13).

Em relação às avaliações, propõe o que denomina “cultura do êxito”. Mais aperfeiçoada do que a avaliação, ela favorece a visão de julgamento sobre as ações, deixando claro dicotomias entre sucesso e fracasso, aponta, entendendo que “ao contrário de inibir, esse reconhecimento tende a favorecer a inovação e a capacidade de correr riscos. E é fundamental recordar que essas são as potencialidades essenciais do investimento social privado” (Ibidem: 14).

Segundo Donna M. Metters, PhD pela Universidade de Gallaudet, “o investimento social privado tem grande potência para melhorar as condições de vida dos povos mais pobres e destituídos do mundo” (Mertens, 2013: 29). Afirma serem a Fundação Itaú Social, a Fundação Roberto Marinho e a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, exemplos de organizações que oferecem forte suporte social, das quais fazem parte de tal responsabilidade não apenas seus fundos e programas, mas também a avaliação de suas atividades.

Para Mertens, existem quadro abordagens principais para o uso dos métodos. Há aqueles que acreditam haver uma realidade a ser medida e portanto deve haver enfoque na avaliação do impacto e no uso de métodos quantitativos, em contraposição aos avaliadores construtivistas, que priorizam o uso de métodos qualitativos. Um terceiro grupo, para Mertens, consiste no que chama de “pragmáticos”, que acreditam ser as perguntas avaliativas determinantes para a escolhas dos métodos e que, portanto, pode-

se lançar mão de métodos qualitativos e quantitativos. O quarto grupo é considerado pela autora o mais transformador, ao enxergarem a avaliação como uma maneira de contribuir para mudanças sociais positivas (Idem: 30-31). Este, segundo a autora, tem as perguntas de uma avaliação como predeterminantes para o investimento social privado. Aponta serem necessário métodos capazes de identificar as versões da realidade sustentadas por cada grupo (Ibidem: 32), e defende a utilização do que chama de métodos mistos, ou seja, dados qualitativos e quantitativos, observação e convívio com o público-alvo, além do que chama de dados epistemológicos desagregados em dimensões relevantes, relativos à compreensão do sentido da questão entre homens e mulheres (Ibidem: 32). Por fim, afirma:

Os métodos mistos têm grande potencial para aumentar a credibilidade das evidências que os avaliadores podem oferecer às comunidades para apoiar a efetividade, propriedade e sustentabilidade dos investimentos sociais privados no Brasil. Seja trabalhando com educação, saúde, desenvolvimento social e econômico, melhorias de infraestrutura, setores ambientais ou artes e cultura, basear o trabalho no claro entendimento das experiências das pessoas e alinhar a avaliação com as premissas filosóficas apropriadas aumentam a possibilidade de contribuir para melhorar a justiça social e garantir os direitos humanos (Ibidem: 32).

Chama atenção para os quatro paradigmas alinhados aos quatro ramos da teoria da avaliação: Os pós-positivistas alinhados aos teóricos dos Métodos; os construtivistas com os teóricos do Valor; os transformadores com os teóricos da Justiça Social; e os pragmáticos com os teóricos do Uso.

Os pós-positivistas são bastante utilizados em pesquisa e avaliação da América do Norte e da Europa. Segundo Mertens, essa vertente é repreendida por se utilizar excessivamente de metodologia quantitativa e do uso de estudos randomizados controlados (RCT), considerado como a melhor maneira de responder as perguntas voltadas ao impacto e eficácia de um programa, deixando, de acordo com Denzin (2010), “pouco espaço para questões ligadas ao empoderamento, à justiça social e a ‘políticas de esperança’” (Ibidem: 43).

Porém, os métodos qualitativos passaram a ser cada vez mais utilizados nas avaliações de impacto conduzidas em todo o mundo pelo J-PAL (Laboratório de Ação da Pobreza Abul Latif Jameel), filiado ao MIT (Massachusetts Institute of Technology), segundo a autora, uma vez que chegou-se a conclusão de que os resultados de avaliações com base apenas quantitativa deixavam perguntas-chave sem resposta (Ibidem: 45).

Já os avaliadores construtivistas procuram interagir com os interessados a fim de criar diferentes versões da realidade social, possibilitando um total entendimento e a implementação de uma intervenção.

O paradigma pragmático, por sua vez, utiliza-se de métodos mistos pensando haver não apenas um grupo de métodos apropriados, mas que se deve identificar os melhores métodos para determinada avaliação (Ibidem: 50). De acordo com Hall (2013), tais avaliadores precisam interagir com as comunidades em que trabalham de forma contínua e coletar dados sobre as consequências das soluções.

Um exemplo apresentando de avaliação pragmática, do qual foi pensado o melhor método para essa determinada situação foi o processo de socialização de crianças e de seus padrões de circulação no território de um município na Dinamarca, em que o trabalho de campo etnográfico foi combinado com a tecnologia GPS e com a utilização de um questionário interativo. Nele, as crianças respondiam via celular, a fim de captar “as experiências subjetivas das crianças com observações sistemáticas, mapeamento e aplicação de questionário” (Ibidem: 55).

O paradigma transformador, por sua vez, segundo Mertens, “ênfatisa a busca por justiça social e, em última instância, a garantia de direitos humanos” (Ibidem: 56). Preocupa-se, portanto, com a necessidade de entender a cultura da comunidade em toda a sua complexidade, tanto no âmbito cultural, como social e econômico. Os avaliadores que aderem a essa perspectiva, de acordo com a autora, engajam-se na coleta de dados de modo a respeitar a cultura, a fim de que emergjam múltiplas versões da realidade e a fim de que sejam construídas relações de confiança. No sentido de uma apreensão mais completa da realidade, que os métodos mistos são considerados muito mais eficazes, pois avalia-se a realidade de modo a diferenciar posições sociais e culturais, como as de gênero, raça, religião, etnia, pobreza, idade, indigência, etc., para que o avaliador exponha as desigualdades da comunidade avaliada e possa, dessa maneira, estender o alcance dos direitos humanos (Ibidem: 59).

Como exemplo dessa vertente transformadora, Mertens aponta para a avaliação feita na Albânia, em que métodos quantitativos combinaram-se com métodos qualitativos e identificaram os grupos vulneráveis para apoiar gestores a melhorar diferentes mecanismos da rede nacional de proteção social, conforme situa.

Por último, apresenta o método de avaliação conhecido como pluralismo dialético, do qual autores como Johnson e Stefurak (2013) descrevem tal perspectiva como “capaz de incluir uma ontologia pluralista confiando nos processos dialético,

dialógico e hermenêutico que caracterizam a contínua interação entre atores com interesses diferentes” (Ibidem: 63). Tal método utiliza-se de estratégias sociais, psicológicas, dialógicas e de negociação afirmando como finalidade o engajamento de atores com posições diferentes de modo a compreender melhor o objeto a ser avaliado.

Pode-se observar, portanto, que a avaliação assume posição chave e ponto de forte discussão uma vez que viabiliza e põe em questão a melhor organização e aplicação do lucro de uma fundação, empresa ou organização, sem deixar de se vincular a responsabilidade social tanto do setor privado, quanto dos atores políticos, de organizações não governamentais e do próprio beneficiário. Deve-se distinguir, portanto, a melhor forma de avaliação para cada tipo de intervenção e investimento. Ainda segundo Mertens:

A consciência sobre a responsabilidade social inclui não apenas a oferta de fundos e programas, mas também o trabalho de avaliar rigorosamente as iniciativas, a fim de responder às demandas das diferentes comunidades alcançadas pelo investimento [...] gestores de iniciativas do setor privado usam avaliação para entender quais são as correções necessárias para melhorar suas estratégias de marketing e vendas e aumentar a satisfação de seus clientes, além de aumentar lucros (Ibidem: 30).

Sobre a atuação de fundações e empresas no setor de investimento social, o Censo GIFE 2011-2012, desenvolvido com apoio técnico do Instituto Paulo Montenegro e IBOPE CONECTA, e patrocínio do Banco Bradesco, reuniu 13 empresas, 58 associações ou fundações empresariais, e 29 FICs (Fundações e associações familiares, independentes e comunitárias). Em relação ao Censo de 2009, responderam menos empresas e fundações e mais FICs, o que, segundo o GIFE, sinaliza uma tendência do setor brasileiro de investimento social de preferência da atuação dos FICs na área social (GIFE, 2013: 15-16).

Conforme mostra o Censo, a maioria dos associados executa projetos próprios, e 32% atuam apenas desse modo. 67% são financiadoras de projetos e programas de terceiros, porém apenas 15% adotam essa prática regularmente (Idem: 20).

Em relação a governança e a estrutura de Fundações e Institutos empresariais, recomenda-se que haja a participação de conselheiros independentes, ou seja, sem interesses na associação ou fundações, para que possam influenciar e contribuir numa visão estratégica e interesses públicos para além dos privados, além de a uma missão social da organização, gerando um conhecimento que a empresa não pode ter. Afirma-se também que conselheiros independentes acarretam em maior autonomia às

empresas, “fundamental para que a empresa reconheça a importância do instituto ou fundação na gestão do seu negócio” (Ibidem: 23).

Já os associados que executam projetos próprios, se apoiam em sua própria estrutura de conhecimento, tendo, fundamentalmente, conselheiros com algum tipo de vínculo. Diferentemente das empresas que apenas financiam projetos de terceiros, de estrutura total ou parcialmente composta por conselheiros independentes (Ibidem: 24).

Já em relação a decisão de gestão das empresas, o Censo mostra que a execução das ações de investimento social dizem respeito à área de responsabilidade social ou de sustentabilidade, mesmo que compartilhada com outras áreas, e apresenta como segunda área de reporte mais frequente a Gestão de Pessoas (Ibidem: 26). Afirma ainda, em relação ao modo como seus associados investem, que asseguram o compromisso de “melhoria da qualidade de vida das pessoas e comunidades, além da sustentabilidade ambiental do planeta”, além de sua diversidade referente aos projetos sociais que investe (Ibidem: 29).

Em um balanço sobre o investimento social da Rede, aponta-se que os associados que executam projetos diretamente investem com maior recurso, diferente dos 7% que apenas financiam projetos, atingindo, juntos, um limite de R\$100 milhões (Ibidem: 30). Algumas das organizações, ainda, passaram a vender produtos e serviços a fim de se tornarem mais independentes, rentáveis e sustentáveis, diferenciando-se das associações tradicionais de filantropia internacionais (Ibidem: 33).

Já os incentivos fiscais são bastante baixos, correspondendo a 15% dos investimentos do GIFE. A Rede tem como predominância os investimentos em educação, área que recebe pouco incentivo dos fundos para crianças e adolescentes. Segundo o Censo, a maior parte dos investidores que concede recursos incentivados o faz por meio da Lei Rouanet (28 organizações). E o acesso aos recursos previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, por meio de fundos estaduais e municipais, é feito por 22 organizações (Ibidem: 34).

Em relação às características do investimento social, as ONGs se fazem como parceiras preferenciais dos 61 associados que financiam projetos executados por terceiros. Em relação aos critérios que utilizam para definir as ações sociais que serão investidas e como serão – se serão financiadas por terceiros ou executadas, por exemplo – pensa-se em indicadores econômicos e sociais, sendo que 54% dos associados adota como critério a chamada vulnerabilidade social, que, segundo o Censo, não deixa de ser um indicador social e de busca de localidades no entorno das instalações para o

investimento em projetos sociais (Ibidem: 37). A vulnerabilidade social é também, segundo afirma, um dos principais critérios utilizados por FICs e FIEs.

Como já mencionado, O GIFE têm como principal tema trabalhado a educação, apresentando crescimento de 2% desde 2009. Nessa área, constituem-se como principais focos de investimento as crianças em idade escolar, sendo 75% dos beneficiários alunos na pré-escola (Ibidem: 40). Cresceu também o investimento na área de defesa de direitos devido ao aumento das empresas envolvidas com tema. Já os temas cultura, assistência social e meio ambiente, diminuíram em relação a 2009, sendo este último caído de 58% para 43% em 2011 (Ibidem: 38).

De volta a avaliação, o Censo afirma ser ela fundamental para garantir um bom investimento. Porém, a falta de entendimento de sua real importância e da diversidade de metodologias avaliativas possíveis se constituem como um problema a ser superado. Afirma ainda ser pouco frequente que se contrate terceiros para a avaliação e aferição de resultados, sendo geralmente realizadas por equipes internas. Apenas um quarto dos associados contrata uma equipe externa para, juntamente aos *stakeholders* dos projetos, haver tal monitoramento (Ibidem: 43).

Como formas de avaliação, a Rede GIFE reconhece os seguintes modelos: definição de marco de resultados – definição dos resultados pretendidos, estratégias a serem seguidas e indicadores; diagnóstico inicial/marco zero/linha de base – levantamento de indicadores prévios a implementação do programa; avaliação de processo – a fim de verificar o funcionamento e eficácia das atividades previstas; avaliação de resultados – avaliação dos resultados com base no que foi definido durante sua concepção; avaliação de impacto – objetiva comprovar os efeitos atribuíveis diretamente às ações do programa (Ibidem: 45-46).

Dentre elas, a mais utilizada pelos associados ao GIFE é a de resultado, e a de impacto é a menos frequente por ser a mais complexa, além de muitas instituições alegarem não a utilizar por confiarem nas parceiras que executam seus projetos (Ibidem: 46).

Apresenta-se também no Censo, uma discussão sobre a melhor forma de investir em uma boa avaliação. De acordo com o GIFE, pode ser problemática a avaliação feita pela mesma equipe que implantou determinado projeto pela tendência natural a que os problemas sejam atribuídos a fatores externos. Por outro lado, tal envolvimento pode ser também positivo ao garantir o caráter participativo no processo. A conclusão a que se chega, portanto, é que

Uma boa avaliação é cara, trabalhosa, implica no desenvolvimento de competências internas e no aporte de metodologias atualizadas. Todo esse processo se justifica quando seus resultados são incorporados ao planejamento estratégico e efetivamente subsidiam decisões. Quando estimulada e monitorada pelas mais altas instancias de gestão, a avaliação se consolida como ferramenta de comunicação e transparência (Ibidem: 48).

Nesse sentido, papel do GIFE se faz, em grande medida, ao manter práticas de monitoramento do investimento social, uma vez que muitos de seus associados apenas registram ou sistematizam informações, sem haver um entendimento comum de avaliação, e desvinculada de análises que assegurem a efetividade dos resultados (Ibidem: 43). O que o Grupo assegura a seus integrantes, portanto, é o papel da avaliação de seus projetos que, como já mencionado, é ponto chave e crucial para um bom investimento, que vincule responsabilidade social, resultado e lucro.

Responsabilidade social e desenvolvimento sustentável

Conforme se apresentam em documentos como o próprio Estatuto do GIFE e seu último Censo publicado, o foco do grupo é o desenvolvimento sustentável.

Segundo o relatório publicado em 2010 pelo GIFE, Fundação AVINA, Ashoka – Brasil e o Instituto Ethos, intitulado “Responsabilidade Social Empresarial: Por Que o guarda-chuva ficou pequeno?”, o papel das instituições empresariais e financeiras não se restringem mais apenas à geração de emprego e de lucro, mas encontram-se hoje em reinvenção e em uma reinserção social. Percebem hoje a necessidade de geração de valor para os seus *stakeholders* (Aliança Capoava, 2010: 12).

Além disso, o relatório aponta para o aumento do controle social exercido sobre as empresas que tornaram-se capazes de influenciar políticas públicas, bem como o aperfeiçoamento do marco legal, da criação das OSCIPs (Idem: 12). As empresas estão, segundo o relatório, aprendendo a responder a uma pressão direta da sociedade, e descobrindo o valor estratégico da gestão *multistakeholder* e a legitimidade social que ela propicia (Ibidem: 14). É preciso ainda, segundo o relatório, criar uma identidade entre os *stakeholders* que estabeleça parâmetros de transparência e de legitimidade às empresas, a fim de que possam se articular com confiança.

Nesse sentido, o que chama de crise ambiental abre espaço para novos compromissos públicos e novas regulações que representam um novo mercado. Assim,

O movimento da RSE [Responsabilidade Social Empresarial] oferece às empresas a oportunidade de sair de uma postura defensiva e passar

a identificar caminhos para se reinventar e se adequar a esse novo mercado. Elas possuem competências indispensáveis para as novas soluções almejadas [...] a RSE deve portar valores que reconheçam direitos, assim como o equilíbrio na sociedade e na convivência humana. Portanto, ética, transparência e solidariedade compõem o escopo da responsabilidade social (Ibidem: 15).

A introdução do conceito de sustentabilidade nos negócios fez com que se desse atenção às questões ambientais e, ainda segundo o relatório, tal conceito foi remetido à necessidade de cuidados com o futuro de seu negócio. As empresas, então, aproximaram-se de institutos e fundações combinando estratégias e fortalecendo o diálogo. A fundação passa a ser o interlocutor da empresa com o chamado “mundo social” – seus públicos e a sociedade civil: “De um lado, os institutos e fundações se relacionam com as empresas em sua lógica de mercado e a visão de resultados, e de outro, com as organizações sociais e sua visão empreendedora e sensível aos problemas e dilemas sociais” (Ibidem: 15).

O Relatório apresenta uma diferenciação entre os termos “sustentabilidade empresarial” e “desenvolvimento sustentável”. O primeiro, no campo da Responsabilidade Social Empresarial, é o que assegura o sucesso do negócio a longo prazo e ao mesmo tempo contribui para o desenvolvimento econômico e social da comunidade, em prol de um meio ambiental saudável e de uma sociedade estável. Já o segundo termo almeja satisfazer as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras, conforme elaborado pelo Relatório Brundtland em 1987 (Ibidem: 16).

A RSE combina a sociedade, indivíduo e gestão de modo a promover mudanças na instituição. Segundo o relatório, cabe a ela ir além do cumprimento da legislação e ampliar o leque de atuação das empresas na sua relação com as diversas partes interessadas (Ibidem: 16). Diferente de um produto considerado sustentável ser simplesmente ambientalmente “correto”, afirma-se que não se pode falar em produtos sustentáveis sem atrelar o termo a políticas éticas de produção. Assim, setores como mineração, siderurgia e extração de petróleo são também incluídas no movimento de gestão de melhorias e impactos sociais (Ibidem: 17).

A RSE é entendida como uma forma de reorganização dos poderes da sociedade e como uma nova realidade que exige a redefinição social das empresas, do Estado, de organizações e da sociedade civil. A estratégia de gestão das empresas muda conforme os novos valores sociais. Combinando lucro com essa nova gestão de valores, e inserida

numa nova função submetida à sustentabilidade, todos os *stakeholders* de todo o processo devem adotar os valores explicitados publicamente e estabelecer compromissos claros e transparentes com a sociedade.

Segundo o Relatório, existem recursos no que chama de sociedade interdependente, que transitam entre os *stakeholders* fazendo com que hajam de maneira a responder às transformações culturais, tanto de dentro das empresas influenciando no que lhes é exterior, tanto o contrário, quando mudam sua conduta de acordo às pressões da sociedade e do mercado. De qualquer modo, afirma-se:

Qualquer que seja o caso, o momento é de construção de valores que levem a uma transformação cultural, construindo uma mudança de atitude que deve contribuir para o desenvolvimento sustentável, que em certa medida também pautará tal mudança de atitude. O círculo pode ser virtuoso na perspectiva do desenvolvimento sustentável (Ibidem: 19).

Amplia-se para além das empresas, incluindo organizações e sociedade civil à chamada responsabilidade social, que visa aprimorar a relação entre os chamados *stakeholders* num triplo campo: econômico, social e ambiental.

Institucionalmente, a responsabilidade social foi introduzida nas empresas e organizações em novembro de 2010, através da publicação da Norma Internacional ISO 26000 – Diretrizes sobre Responsabilidade Social, expressa como comportamento ético e transparente à contribuição para o desenvolvimento sustentável, ao as responsabilizaram pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente. Implica, ainda, que a responsabilidade social esteja integrada em toda a organização, sendo praticada em todas as suas relações e levando em conta os interesses de todas as partes interessadas.⁴

Antes do estabelecimento da norma em 2010, a ISO (Organização Internacional de Normalização) realizou uma conferência em Estocolmo em junho de 2004 na qual se decidiu elaborar a norma. Decisão em que o Brasil e a Suécia foram imprescindíveis, encarregados de elaborá-la por meio de seus organismos de Normalização – a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e a SIS (Instituto Sueco de Normalização).

Segundo a 1ª edição da norma publicada no Brasil pela ABNT, o objetivo da responsabilidade social é contribuir para o desenvolvimento sustentável, uma vez que

⁴ Disponível em: http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/iso26000.asp (acesso em 10/05/2014).

O desempenho da organização em relação à sociedade em que opera e ao seu impacto no meio ambiente se tornou uma parte crucial na avaliação de seu desempenho geral e de sua capacidade de continuar a operar de forma eficaz. Isso, em parte, reflete o reconhecimento cada vez maior da necessidade de assegurar ecossistemas saudáveis, igualdade social e boa governança organizacional. A longo prazo, todas as atividades das organizações dependem da saúde dos ecossistemas do mundo.⁵

Assim, a norma pode ser utilizada tanto por organizações que estão iniciando práticas de responsabilidade social quanto por aquelas que já são experientes em sua implementação, servindo para integrar todas as fundações, empresas e organizações que a utilizarem.

Conforme consta na norma, o termo responsabilidade social tornou-se amplamente utilizado no início da década de 1970, focado primeiramente nos negócios. Mais tarde, foram associados e inseridos ao termo, temas como direitos humanos, meio ambiente, defesa do consumidor e combate à fraude e à corrupção (Idem: 5), implicando, hoje, na “disposição da organização de incorporar considerações socioambientais em seus processos decisórios, bem como a *accountability*⁶ pelos impactos de suas decisões na sociedade e no meio ambiente” (Ibidem: 6).

Apesar de a norma estar para além das conformidades e exigências legais, ela fundamentalmente respeita o estado de direito e seus requisitos. Provêm, de acordo com o documento, de valores éticos e outros valores amplamente aceitos e, apesar de variarem entre culturas e países, respondem as normas internacionais de comportamento como as estabelecidas pela Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 e Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável (Ibidem: 7).

Já em relação às tendências, afirma-se que a conscientização a respeito da responsabilidade social das organizações tem aumentado devido à globalização, à maior mobilidade e acessibilidade e à maior disponibilidade de comunicação instantânea, o que significa que as decisões e atividades das organizações estão sujeitas a uma investigação cada vez mais aprofundada por parte de indivíduos e empresas (Ibidem: 6).

⁵ Disponível em:

[http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/\[field_generico_imagens-filefield-description\]_65.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/[field_generico_imagens-filefield-description]_65.pdf) (acesso em 10/05/2014).

⁶ *Accountabilty* é, segundo a Norma de Responsabilidade Social, comumente traduzida em “prestação de contas” ou “responsabilização”. É a condição de responsabilizar-se por decisões e atividades e prestar contas aos órgãos de governança de uma organização, a autoridades legais e às partes interessadas da organização (2).

Assegura-se que as práticas adotadas pelas organizações de diferentes lugares podem ser rapidamente comparadas e que a interdependência financeira e econômica entre elas, além da crescente dispersão geográfica das cadeias de valor fazem com que um assunto para uma empresa tenha um alcance muito maior do que apenas na área em que se encontra, conforme enfatiza-se em diversos documentos internacionais, dentre elas os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da Organização das Nações Unidas (Ibidem: 6).

Segundo o Relatório da Aliança Capoava sobre Responsabilidade Social Empresarial, é injusto ter como homogênea a visão do terceiro setor, uma vez que existe um leque de empresas que variam de uma militância contra o capitalismo até empresas que pensam apenas em se aproximar com a comunhão de valores que compõe o setor. Existem, por exemplo, as empresas que dão maior enfoque as questões socioambientais visando a sustentabilidade de seus negócios, bem como aquelas que focam apenas no lucro. Desse modo, o que a RSE precisa fazer é alinhar a função social da empresa e o desenvolvimento sustentável (Aliança Capoava, 2010: 20).

O Relatório deixa claro uma tentativa de tornar homogêneo um pensamento em meio ao terceiro setor, que deve ser voltado à sustentabilidade social e que abarque também funcionários, empreendedores, pesquisadores e universidades: “em todo esse cenário, o indivíduo é o agente transformador, provocador e estimulador da responsabilidade social. Inserir-na nas organizações implica mudar a forma de pensar das pessoas, construir relações de confiança entre elas e, como consequência, mudar as organizações [...] É esta mudança que o indivíduo leva para a empresa, promovendo a RSE” (Idem: 20-21).

No Relatório do Instituto Sabin, “Investimento Social Privado no Brasil”, alguns dos artigos tem foco direto na temática do desenvolvimento sustentável. No artigo “Tendências, percepções e perspectivas da sustentabilidade no Brasil”, Fabián Echegaray – PhD em Ciências Políticas pela Universidade de Connecticut (EUA) e diretor-geral do Market Analysis, instituto de pesquisas especializado em sustentabilidade e responsabilidade social – aponta para a visibilidade do Brasil em âmbito internacional, tanto por conta de sua superação no ranking dos grandes PIBs planetários, como pelos megaeventos que irá sediar, além de também ter se tornado central no debate sobre progressos da modernização sustentável, provocado em grande medida pela Rio+20 em 2012, em que se afirmara um carisma natural do Brasil para

sediar as discussões sobre um novo modelo de organização social, ambiental e econômica (Instituto Sabin, 2013: 31).

Outro destaque que o Brasil conquistou no debate internacional, de acordo com Echegaray são seus investimentos empresariais, tendo como recorde R\$ 2,5 bilhões investidos em 2012 em programas sociais ou ambientais pelos associados ao GIFE. Aponta ainda para uma pesquisa feita pelo Ibope em 2013 que indica que em média, as empresas dedicam 3% de seu faturamento a ações socioambientais, e outra pesquisa realizada pela Abraps e Deloitte, também em 2013, que indica que mais de um quarto das grandes empresas almeja contratar gestores especializados na implementação de políticas sustentáveis.

Além disso, o Brasil encontra-se em quarto lugar no ranking de países que seguem o padrão da Global Reporting Initiative (GRI), organização *multistakeholder*, sem fins lucrativos, que desenvolve uma Estrutura de Relatórios de Sustentabilidade seguidos por 1000 organizações em todo mundo⁷. Este padrão compõe-se de Diretrizes para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade (Diretrizes G3), Suplementos Setoriais, Protocolos Técnicos e de Indicadores. Para além de uma estrutura padronizada, exige-se os Suplementos, retratadores dos riscos e oportunidades dos setores de cada empresa. Pretende-se ainda, no futuro, a criação dos Anexos Nacionais, com foco na atuação de empresas por nacionalidade ou região. Segundo a coordenadora pela divulgação das diretrizes do GRI no Brasil, Gláucia Térreo,

A legitimidade da GRI deve-se não apenas a esse processo compartilhado de desenvolvimento e gestão, mas também aos fundamentos de seu conteúdo, que dialoga com as principais referências internacionais em sustentabilidade. A GRI alinha-se à Declaração Internacional dos Direitos Humanos, ao Pacto Global, aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, aos padrões ISSO, a códigos de conduta e ética, a índices de sustentabilidade empresarial (Idem).

O artigo de Echegaray aponta também para o aumento do envolvimento da sociedade civil nas práticas sustentáveis. O cientista político aponta para um *boom* da sustentabilidade como assunto entre os cidadãos e afirma que, desde 2006, os que acham que as empresas devem apenas se concentrar em seu lucro diminuíram e, atualmente, 52% exige uma ética empresarial que ultrapasse as responsabilidades tradicionais do setor privado. Apresenta um gráfico realizado pelo Monitor de Sustentabilidade Corporativa da Market Analysis em que 68% dos consumidores creem

⁷ Disponível em: <http://greenmobility.wordpress.com/2008/07/23/o-que-e-gri/> (acesso em 12/05/2014).

na necessidade de consumir menos visando às gerações futuras; 60% creem no poder dos indivíduos para garantir o equilíbrio ambiental; 54% concordam com o incentivo de outras pessoas ao engajamento no consumo sustentável; e 52% concordam com a disposição de pagar mais por produtos sustentáveis (Echegaray, 2013: 35).

Por fim, aponta para o que considera ser um paradoxo: a sustentabilidade como modelo comportamental pessoal parece estar sendo internalizada pela maioria dos brasileiros, deixando de ser uma tarefa exclusivamente de agentes externos para uma identidade individual. Porém, em relação às empresas, diminui o chamado consumo ético, que deve para ele ser reafirmado por mais premiações e punições de marcas e produtos no mercado (Idem: 36).

É possível notar a importância da noção de Responsabilidade Social Empresarial em meio ao terceiro setor, uma vez que funciona abrangendo diversos conceitos e práticas como o desenvolvimento sustentável, a ética empresarial e filantropia, sempre ligada à prática da punição em contraposição à de premiação como reconhecimento de boa conduta.

Conforme Ricardo Voltolini – jornalista, escritor, consultor em sustentabilidade empresarial, diretor presidente da “Ideia Sustentável: Estratégia e Inteligência em Sustentabilidade” e idealizador da Plataforma Liderança Sustentável –, no início do século XXI, a RSE era entendida como sinônimo de filantropia, tempo em que as discussões sobre o tema estavam começando e ainda eram bastante limitadas. Um primeiro movimento em meio ao Terceiro Setor começou então a enxergar que havia um novo componente “social” para abrigar projetos e ações voltados às comunidades. Porém, estes foram preenchidos por práticas assistencialistas que, segundo Voltolini, são pouco transformadoras e não são uma solução efetiva para os problemas sociais (Voltolini: 95).

No entanto, anota que o investimento social nunca deixou de existir e aos poucos foi ganhando novos contornos:

Antes, o Investimento Social Privado era a principal base do compromisso de responsabilidade social de uma empresa. Constituíam um instrumento institucional prioritário para expressar sua participação no processo de desenvolvimento da sociedade. Hoje, diferentemente, ela integra um conjunto mais amplo de ações de natureza social – que incluem a gestão adequada dos públicos de interesse e o relacionamento harmônico com as comunidades – e de caráter ambiental, como as que tratam da redução do consumo de água, energia, matérias-primas e insumos da biodiversidade, das emissões de gases de efeito estufa e dos resíduos (Idem: 96).

Há, segundo o autor, duas marcantes mudanças no que chama de uma evolução da filantropia empresarial no Brasil. A primeira se deu em meados dos anos 1990 com a transição do conceito puramente filantrópico para o de Investimento Social Privado. Este, diferente do primeiro que se caracterizava pela doação fundada no ato da boa vontade e sem preocupação com impactos e resultados, incorpora-se à lógica empresarial, abrangendo planejamento, definição de estratégias, monitoramento e avaliação de resultados (Ibidem: 96).

De acordo com Voltolini, as ações após esse deslocamento tornaram-se mais efetivas ao ganhar foco, indicadores, gestão profissional e métodos mais eficientes. Destaca o Investimento Social Privado em educação como prática de grande sucesso que, após receber o reconhecimento de governos, serve como conteúdo a políticas públicas (Ibidem: 97).

O segundo salto, ressalta, se deu com a aproximação estratégica entre as empresas e seus institutos e fundações. Antes, as organizações não possuíam autonomia e havia uma demarcação clara entre o que era “sem fins de lucro” e o “com fins de lucro”, culminando sempre em um diálogo escasso e em visões conflitantes. Hoje, embora isso não tenha mudado completamente e haja ainda muitos que vejam essa aproximação como um risco tanto para a agenda de trabalho das fundações como para os interesses específicos das empresas, afirma não serem poucos os casos em que, com a ascensão do conceito de sustentabilidade, fundações melhoraram seus status e passaram a ser interessantes para as empresas mantenedoras que passaram a procurá-las a fim de elaborar políticas de sustentabilidade (Ibidem: 97).

Autor do livro *Conversas com líderes sustentáveis: o que aprender com quem fez ou está fazendo a mudança para a sustentabilidade* (São Paulo, Senac, 2010), Voltolini considera o que chama de liderança sustentável um novo modelo de pensar e de fazer negócios (Voltolini, 2013: 98). Constatou, em 2008, após investigação com executivos de trinta empresas, que a sustentabilidade avançara mais em companhias que a viam como oportunidade inserida na estratégia de negócio, em que havia um líder preocupado em incorporá-la à cultura organizacional da empresa, não por conveniência, mas por convicção. Tais líderes, ainda segundo o autor, distinguem-se dos convencionais por

Acreditarem verdadeiramente nos valores que definem o conceito de sustentabilidade, como o respeito ao outro, ao meio ambiente e à diversidade, o apreço pelo diálogo, pela ética nas relações e pela transparência [...] Zelosos, sabem que a coerência entre o que dizem e

fazem é condição básica para gerar credibilidade e obter o compromisso necessário à inevitável mudança de sistemas, modelos e estratégias. São, sobretudo, educadores de pessoas (Idem: 98).

Nesse sentido, a educação se apresenta como central nos discursos e investimentos do setor privado como fundamentais nas práticas de governança vinculadas à chamada responsabilidade social.

Governança e educação

Segundo o Guia das Melhores Práticas de Governança para Institutos e Fundações Empresariais de 2014 feito pelo GIFE e pelo IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), a adoção de boas práticas por qualquer tipo de organização se tornou indispensável para garantir a legitimidade e relevância do setor privado em um ambiente autorregulado (GIFE e IBGC, 2014: 6).

As duas instituições possuem focos completamente distintos, segundo o Guia: o GIFE apresenta a importância da governança para a sustentabilidade das organizações associadas e da sua atuação na sociedade; e o IBGC reconhece a importância das práticas de investimento social para a sociedade, a economia e empresas que financiam ou executam projetos de interesse público (Idem: 12-13).

O que para o Guia é considerado primordial para uma boa governança é o equilíbrio do interesse público com o interesse privado, e sua definição é dada como “um sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo o relacionamento entre Conselho, equipe executiva e demais órgãos de controle” (Ibidem: 18).

Os princípios básicos da governança são: transparência – disponibilidade de informações às partes interessadas para além do imposto por leis ou regulamentos, a fim de criar um clima de confiança entre eles; equidade – tratamento justo de todas as partes interessadas (*stakeholders*); prestação de contas (*accountability*) – por parte dos agentes de governança (associados, conselheiros, executivos, conselheiros fiscais e auditores); responsabilidade – zelo à sustentabilidade das organizações por parte dos agentes de governança (Ibidem: 18-19).

De acordo com Luiz Antônio de Paula e Silva, facilitador e associado do Instituto Fonte, a governança se faz por diferentes interações, interferências e intervenções que influem em assuntos que interessam aos indivíduos que não mais se satisfazem com favores daqueles a quem delegaram poder (Silva, 2013: 136).

Silva diferencia os conceitos de governança e governo alegando que o primeiro, diferente do segundo, não implica em uma relação de liderança e liderado, mas uma responsabilidade por governar que assume diferentes papéis. Não se exerce governança isoladamente, afirma:

Todo grupo dirigente de uma organização da sociedade civil é constantemente informado, pressionado, demandado, criticado, ignorado, cobrado, bajulado, responsabilizado, encorajado, influenciado por outros indivíduos e grupos no exercício de seu papel. Governar é função, conselho é estrutura, governança é processo [...] Nos dias de hoje, *quem decide* e *como decide* são aspectos tão ou mais importantes quanto *o que* se decide (Idem: 136).

O autor considera governança um processo, pois esta inclui todas as partes interessadas em um projeto de uma organização, estando sempre mudando devido à suas diferentes interações. Assim, movimento e tensão estão intrinsecamente relacionados no que concerne à governança de uma organização da sociedade civil. Há, para Silva, uma tensão permanente entre “centro” e “periferia” que pode variar de intensidade dependendo das divergências e convergências dos interesses de cada grupo, da capacidade de diálogo entre eles e do momento histórico em que se vive. A relação de poder entre os grupos tende a ser desigual, tendo como exemplo a diretoria em uma fundação educacional e grupos de pais e educadores (Ibidem: 137).

Desse modo, todo grupo dirigente de uma organização deve estar atento ao processo de governança em que se insere e as possíveis consequências que pode ter para sua sustentabilidade, considerando ser o principal desafio nesse processo o orquestramento dos diferentes interesses de forma que “todo o potencial da instituição e do conjunto de interessados possa ser aproveitado para o benefício público, para o desenvolvimento da sociedade” (Ibidem: 137).

Para Silva, governança e estratégia podem estar intimamente relacionados, uma vez que existem os investidores sociais que optam por pautar princípios, conceitos e valores a serem seguidos, havendo também aqueles que se mantêm flexíveis a novos modos de atuar e abertos às influências de outras organizações, optando por um modelo de gestão de fora para dentro (Ibidem: 138). Acredita ainda, haver o que chama de uma pequena sociedade, composta por diferentes grupos interessados que refletem a sociedade maior e desse modo contribuem para o desenvolvimento da governança da sociedade, representando espaços privilegiados de inovação e experimentação de novos moldes por serem detentoras de capital para doação e investimento social.

Ser dirigente de uma organização, portanto, significa estar posicionado tanto

fora como dentro dela. E o processo de governança não se dá de repente, mas naturalmente, envolvendo múltiplos interessados. Por isso, a educação dos conselheiros se faz necessária, uma vez que influenciará diretamente na sociedade como um todo (Ibidem: 140).

Investimento em educação de jovens

No “Guia GIFE sobre Investimento Social Privado em Educação” de 2003, apresenta-se um leque bastante completo sobre os princípios para esse tipo de investimento, a avaliação de projetos que envolvam o investimento em educação e suas vantagens. Contou-se, especialmente, com as organizações que compõem o GAE (Grupo de Afinidade em Educação) do GIFE.

Justifica-se a importância do investimento na educação em seus diversos âmbitos por ser ela “papel determinante no desenvolvimento do capital humano e na geração de riquezas e tem impactos diretos em outros campos além do econômico – no crescimento populacional, nas taxas de mortalidade e na longevidade, na participação política e nas dinâmicas familiares” (GIFE, 2003: 9). O Guia coloca como determinante para uma educação que faz frente ao desenvolvimento e crescimento do país, a atuação coordenada de uma coletividade a fim de implementar políticas públicas. Tem-se como marco importante a Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional (LDB) de 1996, como ampliadora do compromisso salientado pela Constituição Federal de 1988, em que se afirmam os princípios de igualdade, liberdade, pluralismo de ideias e concepções pedagógicas e ideais de solidariedade humana (Idem: 15).

As organizações, nesse sentido, devem criar programas que encarem o educando como sujeito de direitos e ator de seu processo de aprendizado, conferindo-lhe autonomia, consciência crítica e preparo para o exercício da cidadania, que vai desde a escolha de seus governantes até a adequada inserção no mercado de trabalho, conforme afirma o Guia (Ibidem: 16).

Deve-se, a partir daí então, procurar parcerias com diferentes institutos, como universidades, centros de pesquisa, órgãos públicos e organizações da sociedade civil. A articulação com órgãos públicos é considerada determinante para ações bem sucedidas, uma vez que um bom caminho para um investimento privado pode ser no espaço público, em que pode crescer e se fortalecer (Ibidem: 17).

Em relação a avaliação de projetos de investimento na área da educação, têm-se como indicador fundamental a aprendizagem dos alunos em meio às atividades

educativas. Cada projeto deve definir seus próprios indicadores para ter seus objetivos apresentados de forma clara e transparente. Outro aspecto importante, segundo o Guia, é o de diagnóstico, etapa em que deve-se estabelecer parâmetros comparativos. Por fim, é preciso realizar a avaliação de impacto para verificar a eficácia de um projeto em uma dada realidade que pretendia-se alterar (Ibidem: 33-34).

Apresenta como principais recomendações um diagnóstico bem feito do projeto; a consulta de estudos e pesquisas sobre a região em que se deseja implementar um projeto; evidências claras por parte do público-alvo; clareza e transparência do projeto a ser implementado; definição de um foco de atuação; objetividade e intencionalidade, uma vez que “ações sociais têm ritmo naturalmente mais lento do que ações do mundo dos negócios”; foco na conquista de autonomia dos projetos e a formação de quadros locais independentes; investimento nas instâncias de participação das escolas, como grêmios e conselhos educativos; internalização de apoio técnico especializado na empresa para dar suporte a implementação do projeto; estabelecer parcerias, pois “o investidor social privado não é um substituto do Estado, não é um instituidor de políticas públicas, mas um potencial influenciador dessas políticas públicas” (Ibidem: 39-40).

Já no livro “Juventude: tempo presente ou tempo futuro?” publicado pelo GIFE em 2007, parte-se da análise de dois documentos: “Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas”, produzido pelo Conselho Nacional de Juventude e “Relatório de desenvolvimento mundial 2007: o desenvolvimento e a próxima geração”, assinado pelo Banco Mundial, a fim de averiguar e pensar como melhorar as políticas de juventude no âmbito da educação, cultura, trabalho, participação e direitos humanos, inserindo-as na chamada “agenda jovem” (GIFE, 2007: 9).

Conforme apresenta o livro, o relatório 2007 do Banco Mundial enfatiza a visão do jovem como “integrante e sujeito capaz de gerar um sentido próprio para o ‘desenvolvimento’” (Idem: 20). Assim, foca em como “modelar” os jovens para que constituam a chamada “próxima geração”. Mais que uma questão de direitos, o relatório afirma hoje a importância de um cenário de oportunidades marcado pela qualidade do número de jovens existentes (Ibidem: 20).

A noção de “sujeito de direitos”, para o relatório do Conjuve, “ressalta tanto a proteção legal como a promoção de facilitadores econômicos, políticos e culturais, além da prestação de serviços para necessidades diversas, o que se entrelaça com a moderna

concepção de cidadania que abarca, inclusive, a noção de direitos difusos ou de diversos tipos de ser e de estar na sociedade” (Ibidem: 22).

Já no relatório do Banco Mundial, predomina a relação entre juventude à transição ou fluxo para uma próxima geração. Entende como cinco principais tipos de transição a serem compostos por dimensões estratégicas: aprendizagem; ingresso no mundo do trabalho; hábitos saudáveis; formação de família; exercício de cidadania e envolvimento em atividades público-coletivas. Em cada transição, existem ainda as políticas para: oportunidades; capacidades ou habilidades; uma “segunda oportunidade” – políticas compensatórias voltadas a grupos em situações de vulnerabilidade (Ibidem: 24).

Para esses últimos, o BM recomenda investimentos em políticas de cunho estrutural, diferente do Conjuve, que afirma a existência de uma tendência das políticas de juventudes no Brasil a se enquadrar nesse terceiro tipo.

Para o BM, a orientação de políticas para a juventude são analisadas como transições – implicando etapas de um curso em andamento –, e para o Conjuve como trajetórias – singularizando um caminho ao mesmo tempo em que envolve múltiplas dimensões e ciclos de vida (Ibidem: 25).

As políticas sugeridas pelo BM tem foco em oportunidades, capacidades e compensações, modelo econômico ora implícito ora explícito que dá ênfase ao capital humano – definido como conhecimentos, habilidades, capacidades para a vida e para o trabalho. Atua-se, segundo o BM, por meio das orientações de uma corrente da economia neoclássica com a psicologia desenvolvimentista e a economia comportamental “em ‘incorrecções do sistema de mercado’ e por ação de um Estado mínimo – um plano de estimular investimentos do setor empresarial e monitorar a prestação de serviços para garantir tanto o bem-estar público como os investimentos desse mesmo setor” (Ibidem: 27).

As vontades são levadas em consideração, implicando na formação dos jovens tidos como consumidores e as oportunidades são levadas como ampliação das oportunidades para o desenvolvimento do capital humano mediante ampliação de educação e saúde a fim de que o jovem inicie uma vida de trabalho e possa participar e conhecer o tipo de assistência que deseja obter. As capacidades são, para o BM, o desenvolvimento de escolha dos jovens dentre as oportunidades oferecidas; e a “segunda oportunidade” trata-se de um sistema eficaz por programas compensatórios que concedam aos jovens incentivo, tendo-os como “investidores potenciais” e assim,

orienta-os para o cálculo de riscos e a possibilidade de ter informações e recursos de investimento (Ibidem: 27-28).

No que concerne ao Estado, tanto o Conjuve como o BM o atribuem um papel básico nas políticas de juventude. O BM orienta-se pela perspectiva de um Estado mínimo, entendendo o setor privado como básico na prestação de serviço e estimulador de competitividade. Assim, considera como desafios para a melhoria das condições de vida dos jovens o aumento das oportunidades de emprego, o combate à pobreza, as conquistas laborais como o salário mínimo e a legislação trabalhista. Ambos tem como dilema, ainda, o pensar no jovem como futuro ou enfatizar suas necessidades atuais e portanto, “a complexidade dessa circunstância pede perspectiva dialética, pensar processo ou mudanças e uma sustentabilidade ancorada em desejos, vontades e afirmações de direitos por uma cultura política juvenil” (Ibidem: 33).

Enfatiza-se sempre a necessidade de ampliar a participação, tanto dos próprios jovens nas políticas voltadas a eles, quanto a sociedade civil, que deve contribuir para implementar, avaliar e fiscalizar essas políticas. O Conjuve propõe ainda um sistema nacional de pesquisa sobre a juventude que faça interagir o governo federal, IBGE, Ipea, âmbito acadêmico, sociedade organizada e instâncias governamentais.

Segundo o BM, as políticas de juventude devem ser discutidas com enfoque em educação, trabalho, hábitos de saúde, formação de família e exercício de cidadania, entendendo-as partindo de quatro dimensões: o estágio inicial de formação do capital humano de um país; a renda do país como determinante aos investimentos direcionados aos jovens; estágio da transição demográfica; e o grau em que jovens influenciam decisões que lhes dizem respeito.

A ênfase é clara em relação ao jovem tido como capital humano, sendo este entendido “além da escolaridade, a saúde, os hábitos saudáveis e a participação na comunidade e na sociedade, para que existam oportunidades de os jovens aplicarem seus talentos como cidadãos ativos” (Ibidem: 39).

Em relação à educação de jovens, tanto o Conjuve como o BM clamam por maior participação democrática nas escolas, focando no fortalecimento da capacidade de tomarem decisões e os promovendo como investidores em sua própria educação. Há ainda, segundo o BM, que cuidar da organização das turmas, assegurando diversidade e inclusão étnica, a fim de ampliar a tolerância no campo das relações sociais. Deve-se “investir no clima e na sensação de pertencimento escolar” (Ibidem: 58).

Especificamente falando de “jovens com vulnerabilidade”, é mencionado o programa global *Entra 21*, presente em 18 países da América Latina; o *Programa Joven*, da Argentina, Peru, Chile e Uruguai, com foco em jovens de baixa renda; e o *Programa Primeiro Emprego*, do Brasil, que vincula jovens com empresas na municipalidade, relacionando o setor público e privado.

No que diz respeito a denominada qualidade de vida de jovens, o Conjuve a compreende principalmente relacionada a saúde, mas sem deixar de pensa-la no âmbito do esporte, lazer e meio ambiente – todas acontecendo no âmbito territorial. Entende que há três dimensões que afetam a qualidade de vida para a juventude, sendo elas: espaços e territorialidade; informação, acesso e direitos; inserção, participação e controle social, afirmando que a identidade dos grupos sociais está relacionada à determinados espaços e à presença real de direitos nesses espaços (Ibidem: 93).

Já o BM, relaciona diretamente escolaridade à saúde, no sentido de a primeira colaborar na ampliação da capacidade de os indivíduos absorverem informações sobre hábitos e comportamentos saudáveis e mudarem expectativas sobre o futuro, entendendo ainda a participação da comunidade e da família no que diz respeito a essas percepções (Ibidem: 97).

O mais destacado e apresentado como mais eficaz meio de prover políticas a jovens tanto pelo BM, quanto pelo Conjuve é a participação. Segundo este último, deve-se construir uma “cultura de participação”. Afirma ser necessário contar com informações e transparência no plano da política formal, bem como pautar essa cultura no direito de expressão, garantindo o pluralismo de tendências entre os jovens (Ibidem: 130). Recomenda-se, para tanto, parcerias público-privadas com ênfase nos jovens como gestores ou a gestão dos recursos por eles mesmos.

O BM, porém, aborda a noção de participação como próxima à cidadania, fazendo menção à “participação comunitária em políticas, em cobranças sociais de qualidade de serviços e bens, associando-a aos direitos de consumidor individual e coletivo e estendendo o conceito de cidadania a valores como altruísmo e solidariedade” (Ibidem: 131). Vê a questão da cidadania por meio de duas dimensões: uma passiva e outra ativa. Considera ser a primeira a educação pública, cidadania legal, voto, julgamento justo e associação com os outros, além de obrigações como pagar impostos e prestar o serviço militar. Já a segunda é considerada como cobrança dos poderes públicos em demandar justiça para si e para os outros, o exercício de tolerância e solidariedade com o próximo.

Segundo o BM, a participação cidadã é a base para o desenvolvimento, ao estimular capital social e cultural, ao promover monitoria dos negócios públicos e ao exigir qualidade em tais serviços, visando melhorar os investimentos (Ibidem: 132). Relaciona diretamente participação juvenil a sensação de pertença e auto-estima ao considerar que “reconhecimento social promove cidadania ativa e auto-estima” (Ibidem: 135). No Brasil, tem-se como exemplo de sucesso no que concerne à oportunidades aos jovens a *ONG Viva Rio*, e no que diz respeito a estimulação de capacidades e habilidades constituindo-se como o que é denominado de “cidadania ativa”, a “participação na derrubada da ditadura militar, na luta pela Constituição de 1988 e atuação a favor do coquetel de remédios para pacientes com aids”, assim como a participação de jovens no orçamento participativo em Fortaleza (CE) (Ibidem: 139).

Fica claro a partir daí o porquê de a educação constituir-se como foco principal de investimento da Rede GIFE. Tidos como capitais-humano passíveis de investimento social e cultural, os jovens são educados, desde o mais cedo possível, para tornarem-se empreendedores de si e darem sentido ao futuro autorregulado que se espera, inseridos em uma racionalidade neoliberal da qual todos devem participar passiva e ativamente, como demonstrado acima.

Crianças

Em relação ao investimento social em crianças, a Fundação Abrinq se mostra preponderante no Brasil com projetos em todo o país, sendo cada um financiando por uma ou mais empresas, parceiras da Fundação. Segundo seu gerente executivo, Victor Alcântara da Graça, a transparência na prestação de contas é ponto vital para a Fundação Abrinq – Save the Children.

De acordo com Alcântara, a Fundação se afasta do conceito de filantropia, uma vez que ideias e práticas da sociedade civil puderam ser estabelecidas ao longo do tempo, bem como a formação de uma Responsabilidade Social Corporativa. Afirma ainda, ser a consolidação de práticas que alinham o *core business* (centro do negócio) das organizações com as ações de institutos e fundações empresariais, bem como o conceito de Investimento Social Privado Estratégico o único caminho para a reinvenção do capitalismo, por meio do que chama de criação de valor compartilhado (Da Graça, 2013: 74).

Segundo o diretor de mobilização de recursos e parcerias do UNICEF Brasil, Wim Desmedt, a Responsabilidade Social Corporativa tem sido cada vez mais

introduzida nas empresas, sendo hoje não mais uma decisão de marketing ser socialmente responsável, mas parte da estratégia de negócios e da sustentabilidade de uma empresa, monitorada de forma tão precisa como os indicadores financeiros (Desmedt, 2013: 77).

Desmedt afirma que “investir na criança é essencial para a construção de um futuro sustentável [...] Protegendo esses direitos [humanos], criamos melhores condições para o desenvolvimento de comunidades robustas e bem-educadas, vitais para a criação de um ambiente empresarial estável, inclusivo e produtivo” (Idem: 78). Desse modo, uma empresa que integra o respeito e apoio às crianças em suas estratégias pode obter benefícios reais para seus negócios, aponta, assim como promover melhor reputação empresarial, melhor gestão de riscos sociais, ambientais e financeiros.

Faz-se importante, portanto, a integração dos direitos das crianças nas estratégias de negócios das empresas, conclui o diretor do UNICEF.

Escancara-se, então, o funcionamento de uma racionalidade que deve, necessariamente, fazer inserir-se desde cedo da vida de crianças e jovens, a fim de que saibam gerir riscos. Assim, dão continuidade a um percurso que conecta liberdade à responsabilidade, aqui claramente atravessada pelo castigo e como uma nova forma de punição, aliada aos novos negócios – responsáveis, sustentáveis e em consonância com os direitos humanos.

Bibliografia

- ALIANÇA GRUPO CAPOAVA. *Responsabilidade Social Empresarial: Por que o guarda-chuva ficou pequeno?* São Paulo, Aliança Capoava, 2010.
- AVINA, GIFE e INSTITUTO UNIBANCO. *Juventude: tempo presente ou tempo futuro?* São Paulo, GIFE, 2007.
- DA GRAÇA, Victor. “Investindo pelas crianças: o caso da Fundação Abrinq” in *Investimento social privado no Brasil*. Brasília, Instituto Sabin, 2013.
- DEGENSZAJN, Andre. “Avaliação como aprendizagem” in *Avaliação para o investimento social privado: metodologias*. São Paulo, GIFE e Fundação Santillana, 2013.
- DESMEDT, Wim. “Empresas e UNICEF juntos pelas crianças” in *Investimento social privado no Brasil*. Brasília, Instituto Sabin, 2013.
- ECHEGARAY, Fabián. “Tendências, percepções e perspectivas da sustentabilidade no Brasil” in *Investimento social privado no Brasil*. Brasília, Instituto Sabin, 2013.
- GIFE. *Censo GIFE 2011-2012*. GIFE, São Paulo, 2013.
- GIFE e IBGC. *Guia das Melhores Práticas de Governança para Institutos e Fundações Empresariais*. São Paulo, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e GIFE, 2014.
- GIFE. *Guia GIFE Sobre Investimento Social Privado em Educação*. São Paulo, GIFE, 2003.
- MERTENS, Donna. “Métodos mistos de avaliação: aumentando a efetividade do investimento social privado” in *Avaliação para o investimento social privado: metodologias*. São Paulo, GIFE e Fundação Santillana, 2013.
- PAULA E SILVA, Antonio Luiz. “Desafios e oportunidades do negócio social no Brasil” in *Investimento social privado no Brasil*. Brasília, Instituto Sabin, 2013.
- VOLTOLINI, Ricardo. “Investimento Social Privado em pequenas e microempresas” in *Investimento social privado no Brasil*. Brasília, Instituto Sabin, 2013.

Sites consultados

GIFE: <http://www.gife.org.br/>

Green Mobility: <http://greenmobility.wordpress.com/2008/07/23/o-que-e-gri/>

Inmetro – Normal de responsabilidade social:

http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/iso26000.asp

Normal Brasileira – Diretrizes sobre responsabilidade social:

[http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/\[field_generico_imagens-filefield-description\]_65.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/[field_generico_imagens-filefield-description]_65.pdf)